



VIAGEM



Conferência Livre de Juventude e Segurança Pública

Resumo do relatório

- outubro de 2009 -



Contexto

A realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil, organizada pelo Ministério da Justiça durante o ano de 2009, foi um momento inédito e uma oportunidade de consolidar a segurança pública como um direito social além de democratizar e ampliar o debate acerca do tema. Com a Conferência, impôs-se o desafio de mobilizar setores tradicionalmente pouco envolvidos com a discussão da segurança, de forma propositiva, entendendo-a como uma política pública que demanda planejamento, racionalidade e participação social.

Como preparação para a etapa nacional, abriu-se a possibilidade da realização de conferências livres, em que qualquer grupo organizado poderia se reunir, discutir o tema e elaborar princípios e diretrizes que seriam diretamente enviados ao Ministério da Justiça para compor o caderno de propostas a ser debatido e votado na etapa nacional.

A partir dessa proposta, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito (Ilanud) junto com o Instituto Sou da Paz, a ONG Ação Educativa, o Centro Cultural da Juventude, a Revista Viração e a Coordenadoria Municipal de Juventude decidiram organizar, no âmbito das atividades da Conferência Nacional, uma conferência sobre segurança pública voltada ao público jovem.

Para definir o recorte temático e metodológico da conferência livre sobre juventude e segurança pública, as entidades que a organizaram fizeram um esforço para localizar as especificidades da política de segurança e pensá-la em sua relação com a juventude. Há dois recortes que orientaram essa análise, o primeiro deles é o direito do jovem à segurança pública e o segundo deles é a própria violação a esse direito, que se materializa num cotidiano de violências experimentado por esses jovens.

Considerando o direito do jovem à segurança pública (e, portanto, seu acesso às políticas públicas de segurança), e relacionando-o às formas cotidianas de violação a esse direito, foi possível construir uma ponte para orientar a discussão na conferência livre. Considerando as situações de violência típicas do cotidiano dos jovens, orientou-se a discussão a partir grupos de trabalho (GTs) que abarcaram esses temas para promover a reflexão e a construção de propostas para a política pública de segurança. A preocupação constante dos organizadores foi evitar cair no senso comum de



que o problema da violência relaciona-se simplesmente à falta de educação ou de valores ou que seria a “falta do que fazer”.

A Conferência Livre de Juventude e Segurança Pública

A Conferência Livre de Juventude e Segurança Pública ocorreu no dia 4 de julho de 2009, no Centro Cultural da Juventude, localizado em um bairro da periferia de São Paulo. A conferência reuniu cerca de 100 jovens de diferentes regiões da cidade de São Paulo e de municípios próximos.

O início da Conferência, no período da manhã, teve uma mesa de abertura composta por Leandro Benetti (Centro Cultural da Juventude), no papel de mediador e por Luciana Guimarães (Prefeitura de São Paulo) e por Carolina Ricardo (Instituto Sou da Paz).

As palestrantes debateram como a juventude se insere nacionalmente no debate de segurança pública e apresentaram o texto-base da Conferência, priorizando o tema “Prevenção do Crime e das Violências e Construção da Cultura de Paz” com ênfase na construção do novo paradigma para a segurança pública e a necessidade da criação de espaços em que jovens possam debater e apresentar propostas.

No período da tarde, os participantes se reuniram nos quatro grupos de trabalho, divididos da seguinte forma: 1) mídia e valorização da violência; 2) violência escolar; 3) polícia e juventude; e 4) diversidade juvenil e violência.

Os GTs adotaram uma metodologia que visava suscitar a discussão em torno do tema proposto. Cada grupo teve a apresentação de um vídeo relativo ao assunto tratado e a leitura de um texto de subsídio elaborado pelos organizadores. Em seguida, foi aberta a palavra aos participantes promovendo um livre debate de ideias sobre cada um dos temas sugeridos, estimulando a elaboração de propostas práticas para efetivar as ideias que surgissem. Ao fim das discussões nos GTs, foram definidos um princípio e quatro diretrizes relativos ao assunto tratado. O GT “Polícia e Juventude” adotou uma metodologia diferenciada baseada no teatro restaurativo, em que jovens apresentaram esquetes de situações envolvendo a abordagem policial e foram convidados a se colocar no lugar de diferentes personagens para construir propostas para o tema.

Ao fim do dia de atividades, todos os participantes se reuniram em plenária, apresentaram as propostas priorizadas nos grupos temáticos e puderam conversar sobre os resultados de cada grupo.



Depois de aprovados os princípios e diretrizes da etapa, foram feitos os agradecimentos e o encerramento da Conferência.

As entidades organizadoras redigiram o relatório final da atividade que foi enviado ao Ministério da Justiça. Os princípios e diretrizes da Conferência Livre de Juventude e Segurança Pública passaram, assim, a compor o caderno de propostas que foi posteriormente analisado e votado na etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Resultados

A 1ª Conferência Livre de Juventude e Segurança Pública foi um espaço central de debate e reflexão, no qual a participação de diversos grupos e associações de jovens oriundos de realidades sociais distintas possibilitou uma ampla troca de experiências. Essa diversidade foi muito rica para o debate.

Além disso, a experiência foi extremamente inovadora, tanto por abordar temas diretamente ligados com o direito dos jovens à segurança pública, como por propiciar a discussão sobre esse tema do ponto de vista de uma política pública com a participação de jovens.

A Conferência rompeu com a maneira tradicional de discutir segurança pública de forma reativa e pontual e, mais do que isso, proporcionou ao jovem a possibilidade de apresentar propostas e participar ativamente da construção de uma política pública. As atenções voltaram-se não para denúncias de violência ou violação de direitos, mas para a necessidade de ações, programas e políticas para prevenir a violência e promover segurança.

Os princípios e diretrizes priorizados na Conferência refletiram o desejo de jovens de ver a política pública de segurança efetivada de forma a respeitar e garantir direitos e promover a prevenção da violência, antes de agir na repressão. Além disso, as contribuições propostas por esses jovens significaram a expressão da juventude na elaboração da política. Um exemplo significativo, nesse sentido, foi a apresentação do princípio de que “a política de segurança não pode ser pautada pela supressão ou restrição de direitos da juventude (como redução da maioria penal ou políticas de toque de recolher)”, que demonstrou o desejo de que esses jovens sejam identificados como



sujeitos de direitos, incluindo aí o direito à segurança, e não como criminosos em potencial. O princípio foi apresentado na plenária final e aprovado por aclamação.

Outro resultado que merece destaque como um dos frutos da Conferência Livre foi o comprometimento de um grupo de jovens com o tema que, em seguida, participaram da etapa estadual de São Paulo e da etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Os princípios e diretrizes definidas na Conferência estão elencados abaixo:

Ordem de prioridade	Princípios
1	A política de segurança não pode ser pautada pela supressão ou restrição de direitos da juventude (como redução da maioridade penal ou políticas de toque de recolher)
2	Respeitar os Direitos Humanos em todas as produções, construindo uma mídia democrática que dissemine a cultura de paz.
3	A segurança pública deve contribuir para a construção de uma cultura de paz, garantindo a convivência democrática e respeitando a diversidade juvenil
4	Políticas públicas de segurança que articulem a responsabilidade humanizadora dos contextos, dinâmicas e relações sociais.
5	A atuação da polícia deve ser pautada pelos direitos humanos e voltada para a proteção da comunidade. Efetivada a integração da sociedade civil, conselho tutelar, APMs (Associação de Pais e Mestres) junto às diretrizes que norteiam a atuação dessa instituição, sendo o diálogo o instrumento mais eficaz para a resolução dos conflitos.

Grupos de Trabalho	Diretrizes
Mídia e Violência	Garantir o cumprimento da porcentagem de programação regional em horário comercial, visando a diversidade da programação
	Controle social e participação da sociedade civil na programação das mídias, por meio de consultas públicas e campanhas que incentivem a opinião crítica.
	Rever e propor mudanças na legislação que regulamentam a produção e a veiculação das mídias hoje (Internet, TV, rádio, propagandas e mídia impressa)
	Garantir acesso às tecnologias de informação a comunicação à toda a população (internet, TV a cabo, etc...)
	Incentivo público à produção e veiculação de programas que disseminem a cultura de paz e de programas de/para jovens.



Polícia e Juventude	Investir na formação da polícia quanto aos temas: direitos humanos, juventude e preconceito.
	Integrar o policial com a comunidade realizando intervenções nos locais de convivência comunitária, a fim de intimidar o abuso de autoridade.
	Combater a violência e a corrupção dentro da instituição policial.
	Aprimorar o trabalho da ouvidoria e as condições para se realizar as denúncias, efetivando-as.
	Divulgar os direitos e deveres dos jovens de maneira mais didática, para que estes consigam se expressar perante os abusos de maneira eficaz. A mídia deve ser parceira da população, auxiliando no controle social saudável da instituição policial.
Violência e Escola	Estímulo a criação de grupos de mediação de conflitos nas escolas que enfrentam violência interna e indisciplina. (grupo de composição mista: aluno, professor, equipe técnica, funcionários e familiares).
	Investimento em ações formativas que despertem para o compromisso ético/moral da sociedade para o desenvolvimento integral da criança, adolescente e jovens.
	Formação para a comunidade escolar que valorize a diversidade, diálogo, cultura de paz, valorizando práticas de ensino que utilizem a multiplicidade de linguagens e a ludicidade.
	Elaboração coletiva de um “regimento” para a atuação da polícia no ambiente escolar. Esse “regimento” deve prever o tipo de formação que deve ter essa polícia, quando ela pode entrar na escola e de que forma.